

Governo opta por conter o

crédito

O governo imporá novas restrições à expansão da moeda este ano, para conter o aumento de preços, de acordo com a estratégia recomendada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). A política monetária praticada até agora já é considerada restritiva, mas o governo pretende adotar restrições muito mais drásticas, mesmo sob o risco de elevar os custos financeiros e acentuar o nível de desemprego pela queda das atividades produtivas no País.

— A expectativa é de que a curva da expansão monetária puxe para baixo a curva da inflação, informou, ontem, fonte da área econômica do governo.

As alterações na política monetária partem da constatação de que os expurgos de preços analisados até agora pelo governo não surtirão um efeito decisivo para a queda da inflação, embora possam contribuir para a quebra de parte da expectativa inflacionária gerada pelo "pacote" econômico aprovado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Além disso, o FMI já deixou claro ao governo brasileiro que prefere a alternativa clássica de restringir a expansão monetária para conter a inflação.

As autoridades monetárias vêm compensando, até agora, o efeito contracionista das contas externas sobre a oferta de moeda através de uma expansão de liquidez, considerada exagerada, via mercado aberto. Com as alterações previstas, o governo pretende permitir que o impacto contracionista das contas externas seja efetivamente exercido sobre a liquidez do sistema, evitando as compensações oferecidas através do mercado aberto.

O orçamento monetário aprovado para esse ano, em dezem-

bro do ano passado, previa um crescimento de 60 por cento para os meios de pagamento, com base numa taxa de inflação projetada para 70 por cento, no período, o que resultaria num diferencial de 5,3 por cento de contração real na oferta de moeda.

Atualmente, esse diferencial já se elevou para 16,8 por cento, levando-se em conta que a expansão dos meios de pagamento não ultrapassou a 81,8 por cento, nos doze meses terminados em maio, enquanto a taxa de inflação registrada no período foi de 118,6 por cento.

A contração real da oferta de moeda será, portanto, muito superior ao percentual apurado até agora, mesmo com a previsão de que a taxa de inflação situe-se num patamar mais elevado do que o atual.

DIFICULDADES

O governo espera que os efeitos das novas restrições na política monetária reduzam o patamar de preços na economia brasileira, a médio prazo, criando as condições necessárias para que as medidas preconizadas pelo FMI, como a desindexação da economia e uma contenção mais rigorosa do déficit público, possam ser adotadas no próximo ano de vigência do acordo.

A avaliação do governo, como relatou a fonte, é de que não há condições políticas no País para que sejam promovidas novas alterações profundas na política econômica ainda nesse ano, como desejava, inicialmente, o FMI. A perspectiva é de que somente no próximo ano será possível cumprir, com mais rigor, o programa econômico assinado pelo governo brasileiro.